Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ATA DA 106ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

dia 11 e 12 de novembro de 2024

No dia 11 de novembro de 2024, segunda-feira, às 9h, o Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Senhor Leandro Grass, deu boas-vindas a todos e, verificado o quórum, abriu a 106ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no auditório do Iphan, em Brasília-DF, informando que a reunião é transmitida ao vivo pelo canal do Iphan no *Youtube*. Estavam presentes, além do Presidente do Iphan Sr. Leandro Grass, os(as) conselheiros(as) representantes da Sociedade Civil: Alessandra Ribeiro, Carlos Eduardo Comas, Givânia Maria da Silva, Joaquim Kaxinawá, José Ricardo Oriá Fernandes, Luciana Gonçalves de Carvalho, Nelson Fernando Inocencio da Silva e Sylvia Ficher; além de José Reginaldo Santos Gonçalves, Nádia Somekh e Tânia Nunes Galvão Verri participando remotamente, pelo *Teams*; os Conselheiros(as) representantes dos órgãos governamentais: Ana Carolina Gelmini de Faria, Samara Caldeira Pinto de Souza, Natalete Oliveira da Silva, Ana Cláudia Bazzo Sá, Tânia Mara Francisco, Flávia de Jesus Costa e Eujácio Batista. E conselheiros(as) representantes das entidades: Márcia Chuva (ANPUH), Izabela Maria Tamaso (ABA), Loredana Ribeiro (SAB) e Flávia Brito do Nascimento (IAB). Estavam também presentes os diretores do Iphan: Andrey Schlee (DEPAM), Deyvesson Gusmão (DPI); e a Procuradora Mariana Karam. O Presidente propôs a aprovação da Ata da 105ª Reunião, ocorrida dias 3 e 4 de setembro, que foi aprovada por unanimidade. Passou-se ao informe sobre composição do Conselho: informou ser esta a última reunião de 2024 e a última com essa composição, pois três conselheiros representantes da sociedade civil não puderam comparecer ao longo do ano e/ou não quiseram ser reconduzidos, então serão indicados três novos conselheiros e as indicações governamentais e das entidades serão atualizadas. A nova portaria de nomeação será encaminhada ao MinC e a secretaria do Conselho dará ciência aos conselheiros quando a nova portaria de nomeação for publicada no Diário Oficial da União. Em seguida, o Presidente sugeriu datas para as reuniões ordinárias de 2025: 107ª Reunião dias 11 e 12 de fevereiro de 2025; 108ª Reunião dias 13 e 14 de maio de 2025; 109ª Reunião dias 12 e 13 de agosto de 2025 e 110ª Reunião dias 11 e 12 de novembro de 2025. O calendário de 2025 foi aprovado por unanimidade. O Presidente então apresentou a pauta da 106ª Reunião: Tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes e Registro da Arte Santeira, pela primeira vez tombamento e registro (dois processos) em um único parecer; cinco Revalidações (Ritual Yaokwa, Capoeira, Toque dos Sinos, Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e Samba de Roda); Tombamento do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, do Parque Ibirapuera, em SP e Tombamento da Coleção Perseverança, de Alagoas. Passou-se então ao primeiro item da pauta: Processo **01450.004866/2008-10 - Processo de Tombamento no nº 1560-T-08 - Igreja Nossa Senhora de Lourdes, seu Acervo de Bens Móveis e Integrados e Poligonal de Entorno –**

PI e Processo 01450.014374/2008-32 Processo de Registro do Modo de Fazer da Arte Santeira do Piauí. O Presidente Leandro Grass passou a palavra ao Diretor Andrey Schlee, Diretor do Departamento de Patrimônio Material - Depam, para apresentação sobre a igreja a ser tombada. O Diretor Andrey Schlee fez a apresentação (que consta no documento SEI 5854980).O Diretor Andrey Schlee explicou da motivação de fazer o parecer conjunto, que a igreja é o contexto da arte santeira, e a arte santeira é bem cultural imaterial que a igreja abriga, discorreu sobre o quanto essa igreja em sua simplicidade representa a igreja católica, seus espaços litúrgicos, e como isso representa e dialoga com a comunidade; e ainda como a arte santeira completa e dá sentido à igreja como um todo, com suas obras escultóricas em todos os sentidos e todas as obras que estão incorporadas ao bem material que é a igreja. Exibiu imagens que exemplificam o aspecto simples da igreja, mostrou que a partir de 2011 a igreja ganhou uma torre do lado esquerdo, mostrou a importância fundamentalmente do espaço incorporado, o paralelepípedo que vem da rua e segue igreja adentro, que veio a dar origem ao conjunto da arte santeira, o teto que também é importante, o piso, os bancos da mesma madeira e o conjunto de trabalhos que complementam o templo até o altar mor, o quebra vento da porta principal, as imagens exibiram o quebra vento aberto e fechado, o altar mor, os anjos, a pia batismal, ou seja, todo o conjunto litúrgico, o púlpito, a pia e os detalhes do conjunto e do teto. Uma quadra inteira, com a pequena praça onde está localizada a igreja, tem seu entorno traçado com volumetria de até dois pavimentos. Em suma, explicou que o interior é muito forte e o interior nos interessa sobretudo preservar. O Presidente Leandro Grass agradeceu ao Diretor Andrey pela explanação e então fez as boas-vindas nominais a todos os presentes, conselheiros e convidados, para em seguida passar a palavra ao Diretor Deyvesson Gusmão, para que apresentasse a arte santeira, bem a ser registrado. O Diretor Deyvesson Gusmão, Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI, apresentou a Arte Santeira com o uso de imagens (que constam no documento SEI 5854982). Ele explanou que o patrimônio material e o imaterial são indissociáveis; que esse processo inaugura uma forma de trabalhar que apresenta, no mesmo consolidado, no mesmo texto final, os valores que são atribuídos tanto no patrimônio material quanto no imaterial, valores que se pretende reconhecer no trabalho deste Conselho Consultivo. Reforçou o entendimento pela importância da elaboração do dossiê conjunto, que demanda muito tempo e muito trabalho, construído pelos técnicos da casa. Explicou ainda que a instrução dos processos é usualmente feita por parceiros, tais como universidades ou sociedade civil, mas que nesse caso específico, esse texto final foi construído pelos técnicos da casa. Destacou assim a atuação de Juliana de Souza Silva, que atualmente está na superintendência do Iphan no Distrito Federal; de Katia Brasilino Michelan, historiadora; do historiador e arquiteto Raul Brochado Maravalhas e do antropólogo Rodrigo Martins Ramassote, presente também na plateia. Mencionou ainda a colaboração dos servidores da Superintendência do Iphan no Piauí, Claudiana Cruz dos Anjos, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Cícera Patrícia Alcântara Bezerra e Ricardo Augusto Pereira. Em sua apresentação, exibiu imagens com os trabalhos do Mestre Kim e do Mestre Dim, ambos presentes como convidados na reunião. Explanou que a instrução do processo passou por várias discussões, tendo sido analisado pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial em três ocasiões, nos anos 2009, 2011 e 2018. Houve análise pelo enfoque na forma de expressão, enfoque estilístico das peças, reconfiguração do título do bem cultural, que mudou de “o modo de fazer a arte santeira” (a ser inscrito no livro de registro dos saberes) para o livro das formas de expressão, quando se retirou o enfoque do modo de fazer para a expressão artística propriamente dita. Explicou que o acervo é constituído por obras entalhadas pelo mestre Dezinho e pelo mestre expedito, que inauguram essa arte. Ressaltou que todas as análises foram desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar formada por servidores tanto do DPI quanto do Depam.

Ressaltou alguns pontos relevantes, como o enquadramento no livro de registro das formas de expressão, pois a ênfase é na forma esculpida e não no modo de fazer, pois é a forma esculpida que distingue essa arte piauiense do restante das obras. Outro ponto relevante é que existe senso de comunidade em torno dessa forma de expressão, um senso de comunidade em torno do santeiro, nas oficinas e nos espaços de circulação do santeiro. Esse senso de comunidade pressupõe um coletivo que até o ano de 2020 era estimado em torno de 50 santeiros, com base em dados do Estado do Piauí. Um coletivo que tem marcas individuais, pois cada peça tem sua própria identidade, com a centralidade da autoria. Destacou que o valor da autoria, para os santeiros, é algo muito importante. Falou também da questão da continuidade histórica, da relação mestre aprendiz, e do compartilhamento de contextos histórico e culturais. O Diretor explicou ainda que a arte santeira em madeira do Piauí não corresponde aos 25 anos que se estabelece a cada geração. O critério da continuidade histórica vem sendo discutido ao longo dessa política de patrimônio imaterial. Convenciona-se que uma geração equivale a 25 anos, na Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial. Internacionalmente, se estabelece ao menos 3 gerações para que um bem imaterial possa ser reconhecido. No entanto, esse critério tem sido questionado. O relevante é analisar quantos anos isso levaria em termos de transmissão geracional, em contextos mais específicos. Há contextos que questionam esse tempo de 75 anos para as três gerações. A sucessão geracional nem sempre corresponde a esses 75 anos. No caso específico, logo após os primeiros mestres, surgiu uma geração, que pode ser considerada a segunda geração, composta por exemplo pelo Mestre Cornélio e o Mestre Reis, que foi posteriormente seguida por uma terceira geração em período de poucos anos que não coincidiu com os 25 anos. Ainda que entre os santeiros a faixa etária não seja tão discrepante, mudou bastante o perfil e as características do mercado artístico. Portanto, a arte santeira já possui ao menos quatro gerações, se consideramos experiências, acontecimentos e transformações sociais. Trata-se de um processo que trata de forma bastante específica a questão da continuidade histórica. O ofício de entalhe em madeira remete ao período colonial, avoca uma historicidade mais antiga, mas não se observa uma relação de continuidade entre a arte santeira do Piauí tal como está caracterizada e a arte em madeira da prática religiosa católica do período colonial. Mestre Dezinho e Mestre Expedito são considerados como inauguradores da arte santeira no Piauí e como ela é conhecida hoje. O Diretor Andrey Schlee já citou o Concílio Vaticano II, contexto no qual a igreja estava inserida, um contexto de iniciativas que não só no Piauí, mas em todo Brasil se notava esforço do poder público de construir identidade local, regional, das artes populares. Temos também contexto de desenvolvimento bastante intenso nos anos 70 do mercado voltado à arte popular, com museus e políticas especificas que estimulam a produção e o comércio de arte popular. Outro aspecto a ser considerado é a dimensão territorial da arte santeira, que começa em Teresina no Piauí, voltado para essa igreja, conhecida como Igreja da Vermelha, que é a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, mas se estende depois até o Delta do Parnaíba. Aqui temos também caracterização da arte santeira que demonstra um corte entre o que é produção de imagem santeira até os anos 1970 e o que marca a arte santeira a partir dos anos 1970, com a ideia de oficina de santeiros e oficina das almas. Por fim, destacou que é importante mencionar os encaminhamentos em linhas gerais sobre a salvaguarda, desenhada como um conjunto de questões que tratam do acesso a matéria prima, outro conjunto que trata da transmissão de saberes, e por último o conjunto que trata dos aspectos da comercialização, com análise do comércio de arte popular, análise do mercado, além de questões de promoção deste bem cultural. Concluiu realçando que o dossiê foi construído entre os anos de 2019 e 2022, quando ocorreu a pandemia, com a perda de dois mestres de referência para essa forma de expressão, Mestre Ageu e Mestre Expedito, a quem rendemos homenagem aqui. Esses mestres aparecem no vídeo que também instrui o processo e será visto em

seguida. O Presidente Leandro Grass retomou a palavra para registrar a presença da Doutora em História da Arte, Senhora Maria da Graça Ramos, autora do livro que contribuiu para o dossiê; do Páraco da Igreja, Padre Antônio Francisco dos Santos Cruz; da arquiteta da Igreja Senhora Samara Veloso Saraiva; do Deputado Estadual do Piauí, Senhor Fábio Novo e equipe; da Superintendente do Iphan no Piauí, Senhora Teresinha de Jesus Ferreira; Senhora Maria do Rosário de Fátima e Silva, da paróquia Nossa Senhora de Lourdes; Senhora Francisca Maria e Silva; Senhora Câmara Fernanda Ramos, diretora da escola de artesanato do Piauí; Mestre Kim (Joaquim José Alves); Mestre Dim (Raimundo Ferreira Lima); e demais convidados. Passou-se então para a exibição do documentário, um filme curta metragem sobre a Arte Santeira (documento SEI 5854985). Os presentes se emocionaram com o trabalho muito bem-feito do documentário, que mostra a conexão entre os mestres, a arte santeira muito bem documentada. O Presidente Leandro Grass passou então a palavra ao Conselheiro Relator Doutor José Reginaldo Gonçalves, que fez a leitura de seu parecer (documento SEI 5854986). Após a leitura, o Presidente agradeceu ao Conselheiro Relator pelo Parecer, que já aponta pontos muito importantes para salvaguarda do bem a ser registrado e pela preservação do bem tombado. Mencionou que recebeu o recado que há muitas pessoas reunidas na Igreja assistindo a reunião, que está sendo transmitida, e enviou nosso abraço e nosso carinho a eles. Abriu então para o debate. A Conselheira Alessandra Ribeiro cumprimentou a todos e manifestou grande alegria em ver o parecer do José Reginaldo, tão sensível e acessível, reconhecendo o grande esforço de ampliar a compreensão. Se declarou favorável mesmo antes da votação, reconhecendo que os mestres com todas as dificuldades, todos os desafios, resistem, se reinventam, continuam. Parabenizou o trabalho de defesa ao patrimônio cultural brasileiro O Conselheiro Carlos Eduardo Comas, cumprimentando todos, declarou ter achado extremamente interessante a natureza desse processo, que mescla patrimônio material com imaterial, e gostaria de saber mais sobre o processo de projeto e construção da igreja. A Conselheira Givânia Silva saudou, em nome do padre, todos os piauienses reunidos, aqui e lá, e parabenizou o conselheiro relator, pois uma das coisas que se vêm falando é da necessidade de que nossos pareceres sejam assim acessíveis, que a pessoa comum possa ler e entender, não um parecer direcionado só para antropólogos, arqueólogos, arquitetos. Pareceres assim, que a pessoa comum tenha acesso e possa compreender. Realçou que essa foi a primeira igreja da perspectiva da Teoria da libertação, perspectiva que ela se formou e que entende fazer muita falta hoje na formação do nosso povo. A arte em si parece com o povo. Essa é uma arte do povo. A Conselheira disse que olhou para o Professor Nelson Inocêncio e para a Conselheira Alessandra Ribeiro e ficou feliz de hoje o Conselho ter essa composição, mais diversa. E fica feliz em constatar que a proteção ao patrimônio sai da ideia da arte distante do povo, que só é vista nos livros, que não tem semelhança nenhuma com o povo, e finalmente proteger o patrimônio que nos permite nos ver representados naquela arte, a arte com a cara do povo. Adiantou seu voto favorável, pois é muito bom ver a arte com a cara do nosso povo. Normalmente era alguma arte que vinha de fora, de outro pais. Mencionou a presença do Pároco da igreja e mencionou que ele também tem a cara do nosso povo nordestino. Lembrou que isso tem a ver com a necessidade de a gente olhar não só o cristo embranquecido, tornado tão branco que nem combina com a região onde ele nasceu, mas sim olhar o Cristo nascido no Brasil, no Piauí. A Conselheira Márcia Chuva também saudou a todos, parabenizou o parecer do Professor José Reginaldo, por já ter relatado tudo com muita clareza, falou da alegria dela em estar nesta reunião que está decidindo sobre a preservação de um bem de modo conjunto, tombamento e registro, os bens não podem ser pensados de forma isolada, separada. Mencionou estar bem expresso tanto no parecer do relator quanto no relato feito pelos diretores do Depam e do DPI, bem como no documentário e em todos os documentos contidos no processo essa inseparabilidade do patrimônio

material e imaterial, devido aos significados atribuídos a eles. Entende que estamos preservando a igreja e defendendo a preservação da forma de expressão santeira do Piauí. A conselheira entende que esses bens estão absolutamente enraizados na comunidade e no território; e que isso os torna de grande valor para o patrimônio, pois um complementa o outro. Lembrou a todos que os planos de gestão e de salvaguarda terão de caminhar juntos também, o que será um novo desafio para o Iphan. Ela entende que são experiências novas que podem abrir portas para futuros trabalhos, futuras integrações. Não se trata propriamente de flexibilização, mas sim tratamento específico para esses bens, compartilhando tombamento e registro. Toda gestão do tombamento é uma interpretação sobre o que significa e o que caracteriza aquele bem. A integração do plano de salvaguarda e do plano de gestão desses bens dará inspirações para futuramente novos bens e novas ações de patrimonialização. Concluiu reafirmando que está muito feliz de fazer parte desse momento. A Conselheira Flávia Brito também cumprimentou todos os colegas, todos os presentes, e também enfatizou a alegria enorme de ver o resultado desse trabalho conjunto, essa ação histórica, como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, para além dos critérios estéticos da história da arquitetura estritamente, esse processo é um ponto de inflexão que permite valorar uma igreja a partir dos seus valores comunitários, seus valores simbólicos, e ainda para muito além deles pensar a comunidade, o valor cultural da arte santeira. Ela parabeniza toda instrução do processo. Ressalta também a ideia de fazer registros com menos de 75 anos, com menos de três gerações ou pela reinterpretação ou flexibilização da contagem do tempo para cada geração, pois pensa em alguns outros bens que estão aguardando que o tempo seja transcorrido, como por exemplo o Tōrō nagashi (cerimônia tradicional japonesa) em São Paulo - SP, que foi barrado pela Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial por não cumprir com esse requisito, e é uma manifestação importante de imigrantes. Além de outros que foram barrados pela Câmara pelo mesmo motivo. É importante avaliar pelos valores que um bem apresenta, ter ampla compreensão desses valores. Os valores vão para além das adjetivações de simplicidade, vão para muito além disso. A conselheira colocou ainda uma dúvida em relação aos bens moveis integrados e solicitou complementação da fala dos diretores para explicar isso melhor. O Diretor Andrey Schlee disse ser fundamental que se diga, em resposta, em relação aos valores que estamos reconhecendo hoje, que essa Igreja nasce como a Igreja da Pampulha, com uma fachada que remetesse ao simbolismo daquela igreja do Oscar Niemeyer, mais especificamente a fachada forte, que inicialmente era curva, e posteriormente com o mutirão de construção ficou sextavada. Mencionou que a Igreja em questão em Teresina-PI é uma caixa com seu elemento que é puxado, e que nesse aspecto também se assemelha à da Pampulha. Era para ser originalmente semicircular, e ficou sextavada ou algo semelhante. Esse mutirão não termina a construção, que contou sim com arquitetos, mas tem esse continuum que ele quis ressaltar. Mencionou também que se considerarmos a história de todas as nossas capelas, matrizes, catedrais; veremos que quem interfere somos nós, os órgãos de patrimônio. Em relação ao que a Conselheira Márcia Chuva levantou, o Diretor frisou que é muito importante a ideia da flexibilização ou não. O Diretor Andrey defende que não cabe pensar em flexibilização nesse momento, pois o Iphan tem que conservar, preservar, os valores que está tombando. Não estamos tombando o fato de a igreja ter uma torre ou não. Mas um conjunto de atributos. Flexibilidade ou não, olhar mais ou menos radical, tem de estar atrelado ao que queremos preservar. Todos os bens que estão no interior da igreja foram inventariados, nesse sentido. O Diretor Deyvesson Gusmão mencionou que o dossiê apresenta os técnicos junto com os santeiros, enfatizando que houve essa articulação da parte técnica com as pessoas que hoje cuidam dos bens dessa igreja. A Conselheira Izabela Tamaso, cumprimentando a todos, disse ser para ela também uma alegria estar nesta reunião, se apresentou, pois, é a suplente da Conselheira Regina Abreu, disse ter consciência

que está em um espaço emblemático da cultura brasileira, espaço esse que há décadas resiste fortemente fazendo um belíssimo trabalho. Ela parabenizou o Conselheiro Relator e destacou alguns pontos do aparecer: o fato de a Igreja ser de humildes e dos pobres, e o reconhecimento dessa materialidade e suas práticas simbólicas. Que esse reconhecimento é justiça social, é reconhecimento de direitos humanos e populações tradicionais. Mencionou que esses valores estão colocados no presente, não dependendo mais de origem histórica profunda. Louvou a iniciativa de juntar material e imaterial no mesmo parecer e reconheceu o quanto esse momento é histórico, pois está-se reconhecemos os patrimônios enquanto sistemas, e não divididos ou separados. Perguntou ainda se foi cogitado o registro no livro dos lugares. O Diretor Deyvesson Gusmão respondeu que essa demanda não apareceu, que essa discussão não aconteceu no âmbito desse processo, que teve ponto de vista conceitual tático. O Conselheiro Carlos Eduardo Comas pediu a palavra mais uma vez para agradecer ao Diretor Andrey pela explicação, mas insistiu na dicotomia interessante na apresentação do relatório, onde os Mestres são autores, não se trata de saberes, mas sim de expressão artística. Disse que a resposta que o Diretor Andrey deu a ele foi interessante, explicou que a Igreja foi feita por mutirão, com participação da sociedade, mas também apresenta modelos, que são eruditos. O conselheiro não está totalmente de acordo com o parecer quando diz que a igreja é simples e não monumental. Do ponto de vista do Conselheiro Comas, a igreja é monumental, com um belíssimo teto. Há valores expressivos e valores que têm conexão com algumas pessoas, que ao juízo do Conselheiro, deveriam também estar mencionados no processo. A igreja não é anônima, assim com a produção santeira não é anônima. Trata-se de uma questão interessante, que todos já manifestaram pela importância do tratamento material e imaterial. O Diretor Andrey Schlee respondeu então que o Padre Carvalho foi quem deu início à obra, e o engenheiro Francisco Albuquerque de Castro que também deu início à obra, ambos de Minas Gerais, e que a partir daí que começou o envolvimento da população. Respondeu então que o Engenheiro Francisco Alburquerque de Castro é o autor. Encerrado o debate desse primeiro item de pauta, o Presidente Leandro Grass abriu para votação nominal. Votaram favoráveis ao tombamento e ao registro as(os) conselheiras(os) Flavia Brito, Luciana Gonçalves, Natalete Oliveira, Márcia Chuva, Flavia de Jesus, Rafaela Felício, Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá (que mencionou, durante seu voto, que a prática da religião desta Igreja objeto do tombamento, quando chegou aos povos indígenas, foi vista por alguns, como os indígenas idosos ainda comentam, como uma prática diabólica; mas mesmo assim, em respeito à nossa cultura, votaria favorável ao reconhecimento como patrimônio cultural); Ricardo Oria; Izabela Tamaso; Nelson Fernando Inocêncio da Silva (que disse ser louvável que enfim a arte sacra cristã não precise mais depender dos cânones europeus, longa vida à arte popular), Sylvia Ficher (que se disse absolutamente encantada com esse trabalho e perguntou se Iphan já estaria pensando na divulgação desse material, com perspectiva de publicação digna da qualidade do material, bem como exposições itinerantes, para que essa arte circule pelo Brasil e também pelo mundo), Carlos Eduardo Comas, Ana Cláudia Bazzo Sá, Eujácio Batista, Damiane Santos, Alessandra Ribeiro Martins, Loredana Ribeiro, Givânia Silva, Tania Verri, Nádia Somekh e Victor Lemes Cruzeiro. Terminada a votação, o Presidente Leandro Grass proferiu o resultado da votação: “**DECLARO APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO DAS BELAS ARTES, NO LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO E LIVRO DO TOMBO ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO A IGREJA NOSSA SENHORA DE LOURDES; BEM COMO O REGISTRO, NO LIVRO DAS FORMAS DE EXPRESSÃO, DA ARTE SANTEIRA”**. O Presidente Leandro Grass parabenizou todos pelo marco histórico na trajetória do Iphan, que é esse o Iphan que a gente quer, é essa a política de patrimônio que a gente sonha, sistêmico e popular, conectado com as bases da sociedade, reconhecendo a

trajetória de todos que nos trouxeram até aqui, que foram capazes e bastante corajosos, apesar de perdas, para não deixar isso morrer. Foi lido o trecho de uma música que está na base dessa história: “Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida. Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão. Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão.” Fica o nosso reconhecimento, admiração e o nosso respeito, além do compromisso estatal para que esse patrimônio seja preservado. O Diretor Deyvesson Gusmão enfatizou mais uma vez que a instrução do processo foi coordenada pelas duas diretorias, por vários servidores, e também com a participação muito importante, fundamental, do que hoje é o Departamento de Articulação, Fomento e Educação – DAFE e o que hoje é o Departamento de Ações Estratégicas e Intersetoriais – DAEI; e que também foram fundamentais nesse processo as várias oficinas que foram realizadas, sempre garantindo de forma decisiva a participação social, e a participação fundamental da servidora Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante. O Presidente Leandro Grass passou então a palavra à Superintendente do Iphan em Teresina, Piauí, Senhora Teresinha de Jesus Ferreira. A Superintendente se mostrou muito emocionada, muito realizada que esse tombamento e esse registro aconteceram agora, na gestão dela como Superintendente. Conto que no dia que assumiu esse cargo, foi chamada ao Depam e lhe foi dada essa missão, de avançar e concluir esse tombamento e esse registro. Fica feliz em dizer: “missão dada, missão cumprida”. O processo foi longo, foi demorado, houve a pandemia durante esse processo, o que dificultou bastante o andamento do processo. Mas hoje temos a Igreja de Lourdes e a Arte Santeira reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil. Um dia histórico. Ela agradeceu a todos por esse trabalho e lembrou que temos muita capacidade e muito patrimônio cultural latente que precisa ser reconhecido. O processo de hoje foi o início de uma série de processos que ainda serão reconhecidos em relação ao Piauí. O Piauí tem muito a ser reconhecido e tem muito a contribuir para o patrimônio cultural do Brasil. A Superintendente agradeceu a todos os técnicos da superintendência do Iphan no Piauí, tanto de Teresina quanto da Serra da Capivara e da Parnaíba, todos os técnicos que também fizeram esse trabalho e estão com certeza todos vibrando com esse reconhecimento. Fez referência também ao mestre Kim, ao mestre Dim e ao deputado Merlong Solano Nogueira, que tanto apoiaram esse trabalho que foi feito. Celebrou que o Piauí tem enfim mais um patrimônio tombado e mais um registro feito. Convidou a todos para conhecer a Igreja de Lourdes e a Arte Santeira do Piauí. Mencionou ainda que apoia a sugestão feita por uma Conselheira de trabalhar uma grande exposição itinerante nacional e internacional para difundir a Arte Santeira do Piauí. Passou-se a palavra então aos Mestres Dim e Kim. O Mestre Kim se disse muito feliz e emocionado, fez referência aos amigos de Teresina, mencionou que foi batizado nessa igreja, que é discípulo do Mestre Dezinho, que é patrimônio vivo do Piauí. Contou que quando era um menino pequeno, de aproximadamente 14 anos de idade, ficava na Igreja da Vermelha realizando as esculturas e pensando como poderia um dia fazer aquilo, que é afrodescendente, nosso sangue é vermelho, quando cheguei lá na Igreja da Vermelha ainda menino jogava bola na rua e foi saber quem era o Mestre Dezinho, que com pedacinho de madeira e uma faca fazia coisas lindas. Contou que o pai dele era carroceiro, a mãe trabalhava na equipe de limpeza de um hospital, e ele ajudava lavando roupa com a mãe. Ali ele pegava os bisturis, o irmão brigava, mas ele pegava os bisturis para fazer os olhos dos santos. Disse que fica feliz em estar na Reunião, ver esse reconhecimento da Arte Santeira. Disse que é também multiplicador no Piauí, pois é Presidente dos Jovens Artesãos do Piauí. Agradeceu e disse que irá repassar essa felicidade para os seus futuros aprendizes. Em seguida falou o Mestre Dim, que cumprimentou a todos e disse que sempre achou a palavra pouca, que o que fala mais é esculpir. Que é uma satisfação muito grande estar nessa reunião, representando a história do Mestre Dezinho. Contou que não esculpia com bisturi, mas com gilete; e que esculpia o que eu via nos livros, sem saber que valor tinha. Mestre

Dezinho viu esse trabalho e o ensinou, por isso ele está aqui hoje. Não teve tempo de trazer um trabalho pronto, pois trabalha sob encomenda, mas que isso tudo é muito importante para todos. Em seguida, Francisca Maria Soares Mendes se pronunciou, dizendo que o momento é histórico. Contou que nasceu em uma praça ao lado da igreja, viu a igreja ser construída, seus pais ajudaram na construção, viu o início desse tombamento, que foi um processo longo, dolorido como todos os processos, mas o reconhecimento da igreja e da arte anteira como patrimônio é um momento que ficará na mente dela a vida inteira. Passou-se a palavra então ao Padre Antônio Francisco dos Santos Cruz, que se disse muito satisfeito em estar vivo para ver perpetuar a memória daqueles que ele ama. Disse que o Padre Carvalho é um modelo para todos, que foi preso na ditadura porque andava com os trabalhadores, que sempre quis juntar o clássico e o popular na Igreja da Vermelha, que na Igreja há esculpida uma Via Sacra feita por Afrânio Castelo Branco, com moldura do Mestre Expedito. Contou que o retábulo foi ideia do Afrânio, mas quem colocou o retábulo no cimento foi o avô dele, Manoel Assunção e Silva. Que a igreja é amada e que todos querem que ela seja preservada. Contou que houve discordâncias com o Iphan porque querem preservar, mas também querem acessibilidade, é preciso fazer escadas e rampas, é preciso disponibilizar recursos para manutenção da igreja. Contou que foi transferido de Paróquia, mas que está muito feliz de estar participando deste momento histórico da conclusão deste processo. O Presidente Leandro Grass retomou a palavra para dizer que, já que a questão dos recursos foi mencionada, é preciso que todos saibam que há duas questões fundamentais hoje para sobrevivência do Iphan: o Iphan precisa do plano de carreira dos servidores da cultura. Sem o plano de carreira, vamos perder os técnicos, que são vocacionados, mas não são valorizados, é preciso apoio político por esse plano de carreira. Outra coisa é que o Iphan precisa do pacto federativo, de políticas estaduais e municipais, para preservação do patrimônio cultural, e agradece a presença do Deputado Federal Merlong Solano Nogueira na reunião, que precisamos atuar para salvar o orçamento do Iphan e para termos o plano de carreira. O Deputado Federal Merlong Solano cumprimentou o deputado estadual Fábio Novo, os mestres e todos os presentes. Disse que considera esse trabalho do Iphan de grande importância. Mencionou que agora é uma nova etapa, no caso da Igreja da Nossa Senhora de Lourdes, começa um novo desafio, pois é preciso fazer obras de preservação; e se colocou à disposição para o debate, para todas as pautas, inclusive para as questões do plano de carreira e do orçamento. Concluídas todas as falas dos convidados, o Presidente Leandro Grass agradeceu pelos trabalhos da manhã, suspendeu a reunião para o almoço. Às 14 horas os trabalhos foram retomados e foi dada sequência à pauta. O Diretor Deyvesson Gusmão explicou que os processos de revalidação em pauta são processos de revalidação antigos, que os novos serão relatados pelos próprios conselheiros, mas como esses são antigos, serão relatados pelo DPI. Convidou o técnico Rodrigo Ramassote para fazer a leitura das súmulas dos processos. O primeiro foi o **Processo 01450.001873/2021-37** **Revalidação do Ritual Yaokwa do Povo indígena Enawene Nawe.** O técnico do DPI fez a leitura do documento (SEI 5854968). Não houve dúvidas nem debates. Todos foram favoráveis por unanimidade à revalidação do bem. O Presidente declarou **REVALIDADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O REGISTRO DO RITUAL YAOKWA**. Passou-se então ao Processo 01450.002044/2021-71, de **Revalidação da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira**. Foi feita a leitura do parecer do DPI (documento SEI 5854969). O debate foi aberto com a fala da Conselheira Givânia Silva, que parabenizou o servidor pelo relato, e chamou atenção para dois pontos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com suas alterações, gera uma obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. A capoeira faz parte dessa história, portanto é obrigatório que haja capoeira nas práticas escolares. É obrigatório por lei também ensinar cultura e história indígenas e adotar perspectivas femininas

(esse item entrará em vigor a partir de janeiro de 2025). A Conselheira enfatizou que estamos rodeados de racismo, inclusive racismo estrutural e racismo institucional. Mencionou que abrir uma brecha para “capoeira gospel” é desligar a capoeira da sua matriz africana e afro-brasileira. Enfatizou que é preciso perder o medo de falar em racismo institucional. O Estado precisa sim reconhecer, continuar reconhecendo isso e tomando medidas para combater o racismo. A Conselheira Márcia Chuva concordou com a fala da Conselheira Givânia Silva e pediu que o DPI deixasse mais claro esses protocolos e caminhos dos processos de revalidação, pois em vários momentos do parecer aparecem problemas dos detentores em relação à parceria com o Iphan. A Conselheira Loredana Ribeiro enalteceu esse destaque para mais ênfase ao racismo e às questões de gênero, enfatizando que não se trata apenas de um destaque para protagonismo de mulheres, mas para “mulheridades” não brancas, ainda que ocidentais em sua origem, como as mulheres santeiras. Talvez não se trate de reconhecimento de uma novidade, de aumento do protagonismo das mulheres, mas sim de aumento de visibilidade de algo que sempre ocorreu, relacionado a modos de ser e modos de se relacionar, hierarquias tão típicas do modo ocidental e ocidentalizado. Parabenizou o técnico servidor do DPI Rodrigo Ramassote pelo parecer, que foi um relato muito detalhado e importante quando ele fala questionando as hierarquias masculinas na capoeira. A Conselheira Flávia Brito mencionou que esse é um momento extremamente importante, esse da revalidação, pois vivemos o reconhecimento e, passados 16 anos, temos esse momento de revalidação de imensa importância. Mencionou que lhe chamou a atenção o fato de reduzir 27 pareceres feitos localmente, nas superintendências, a um parecer feito um no DPI; mas que ao longo de todo parecer é possível perceber essa complexidade, essa diversidade das pontas. Questionou se é mesmo possível prescindir do relato das superintendências. Relatou que, durante a leitura, lembrou-se o tempo todo do assassinato de um mestre capoeirista que ocorreu há poucos anos. É preciso dimensionar a importância de fato de que essas políticas se direcionem e toquem no nervo desses problemas que temos em relação ao reconhecimento de bens afro-brasileiros. Mencionou ainda que não compreendeu uma passagem sobre a dificuldade de realizar a capoeira em espaços públicos, pois o uso do espaço público da roda de capoeira é uma das camadas dessa forma de expressão. O Presidente Leandro Grass mencionou que tanto grupos de capoeira como outras manifestações culturais necessitam de autorização da administração regional, aqui no Distrito Federal. A Conselheira Alessandra Ribeiro Martins pediu a palavra para se manifestar que estranhou não estar presente na reunião nenhum detentor da capoeira, um mestre, um berimbau. Ela sabe que sempre há uma grande mobilização da nossa parte para conseguir o registro, que é preciso esse envolvimento também na revalidação. A capoeira é um dos bens que mais atravessa classes sociais e culturas, e não tem ninguém aqui. No Registro, havia mestres de capoeira aqui. Além disso, acha importante acrescentar nesse processo de revalidação quem são esses mestres. Relatou que está havendo mesmo mortandade de mestres de capoeira que fazem luta antirracismo nas periferias. Alguns mestres foram assassinados. A capoeira está sendo revalidada porque tem base, tem história de luta, tem compromisso de ser antirracista; enquanto a “capoeira gospel” traz desconforto, o vínculo com a origem afro não pode ser rompido em hipótese nenhuma. A Conselheira Sylvia Ficher pediu a palavra pois gostaria de entender quais são as implicações trabalhistas em falar no ofício dos mestres de capoeira. O Diretor Deyvesson Gusmão explicou objetivamente que a implicação trabalhista é nenhuma. Não há relação direta entre o registro e as políticas trabalhistas, não há relação entre o registro e o código de ocupação ou com nenhuma regulamentação de profissão. O ofício é entendido como prática tradicional, não tendo relação com o mundo do trabalho. Capoeira é o maior exemplo nosso desse tipo de demanda. Em várias oportunidades o Iphan explica que o reconhecimento do ofício tradicional não tem

efeitos trabalhistas Essa de fato é uma atribuição que o Iphan não tem e um efeito que a política não tem. Sempre se busca deixar isso o mais evidente possível. A Capoeira é o bem cultural mais pedagógico. Primeiro, por ser um bem de ampla abrangência. A Súmula que foi lida é uma síntese do parecer de reavaliação que foi feito pelo DPI, nesse caso (mas é feita pelas superintendências, nos demais casos). Busca-se trazer sempre a clareza dos limites e das possibilidades da política de salvaguarda do patrimônio material. Nem sempre a fala do Iphan tem ressonância. A capoeira é o bem mais pedagógico pois nos ensinou até onde podemos ir e onde temos de voltar atrás. O Programa Nacional de Promoção da Capoeira, por exemplo, não teve continuidade. O Iphan recebeu a incumbência de dar conta de algo que não tinha como intervir, e não teve continuidade. É preciso descentralizar a política, para que o contato dos capoeiristas não seja com Iphan sede, mas sim com as superintendências. Os Planos de Salvaguarda são implementados nos estados, com apoio das Superintendências do Iphan, em articulação com o poder público local e com base na participação social. Isso assume configurações próprias em cada estado. De fato, não há entendimento sobre qual é o papel do Iphan. Em alguns lugares os detentores têm mais autonomia, em outros não. Temos diversidade de entendimentos sobre o que é o registro e diversidade de entendimentos sobre o que é um plano de salvaguarda e como ele deve ser implementado. Essa diversidade enorme nos permite inferir que a capoeira, o ofício de mestre, ainda seja nosso principal desafio na política de salvaguarda do patrimônio imaterial. A Conselheira Sylvia Ficher perguntou então que, se quando falamos do mestre sineiro, dos mestres de capoeira, falamos de prática da capoeira em todo território nacional, então no que essa revalidação altera a prática generalizada de uma atividade que está no território nacional. Não tem sineiro no Brasil todo. Mas tem mestre de capoeira no Brasil todo. Quais seriam as consequências dessa revalidação. Eles querem reconhecimento da profissão. Isso não é competência do Iphan. Então qual seria o efeito da revalidação. O Presidente Leandro Grass mencionou que dentro da iniciativa para obrigar ensino da capoeira nas escolas, a capoeira tem sido ensinada como atividade física, e isso tem sido criticado pelos mestres de capoeira, que a veem como prática cultural. São questões que terão efeitos práticos. O desafio é como garantir essa inserção com segurança jurídica, não como atividade física, mas como atividade cultural. O Ministério da Cultura - MinC tem feito trabalho de reposicionamento dessas lideranças culturais. Existe um vazio que precisa ser preenchido. Há Projeto de Lei que enquadra os mestres como professores da educação formal, mas é preciso que sejam enquadrados sob outra perspectiva. Tem sido visto pelo Brasil afora várias afrontas a professores que promovem a cultura indígena. Temos um deputado, Daniel de Castro, que atacou uma escola, em decorrência de uma aula, um ensino, que ele interpretou como “ritual de magia” em sala de aula. Nesse contexto, o Presidente Leandro Grass sugeriu ao Conselho Consultivo a elaboração de uma moção em apoio aos professores e professoras que promovem o ensino das culturas indígena e afro-brasileira nas escolas, com o intuito de demarcar posição de estímulo e apoio aos professores e professoras que cumprem a legislação e fazem divulgação e sofrem preconceito. É preciso repudiar qualquer forma de violência, de discriminação, pois são ações racistas. O Conselho Consultivo repudia essa ação específica e toda ação racista. A Moção seria um estímulo e um encorajamento aos professores e professoras que se dispõem a trabalhar essas temáticas dentro das escolas. A sugestão da Moção foi aceita por todos. A Conselheira Izabela Tamaso parabenizou o servidor Rodrigo Ramassote e todos os demais e levantou a questão, que consta no processo, de o grupo de capoeira no Rio de Janeiro ter sugerido uma retificação do nome para “mestres e mestras da capoeira”. Ela perguntou se isso foi considerado. O servidor do Iphan Rodrigo Ramassote explicou que o parecer é muito mais longo, que no processo há sim os nomes dos mestres, há referências mais detalhadas, que ele fez a leitura de uma síntese, mas que recomenda a leitura do parecer completo, onde há todos os

detalhes. Voltou à questão levantada pela Conselheira Márcia Chuva explicando que tudo que chega nos pareceres é após a revalidação, que esse parecer foi *sui generis* poque foi escrito pelo DPI, mas que em geral os pareceres trazem uma série de recomendações que balizam o desempenho institucional do Iphan. Esses insumos são fundamentais para que redirecionamentos na forma de atuar e na definição de prioridades. Esses pareceres têm essa dimensão de avaliação da nossa atuação profissional, direcionando nossa atuação. A questão da mobilização social precisa ser intensificada, melhorando sempre a interlocução com detentores. Sobre as licenças para apresentações em locais públicos, explicou que é preciso sim licença para apresentações em locais públicos, que há dificuldades burocráticas. Fazer leitura de 27 documentos, um de cada superintendência, ficaria muito repetitivo e longo. Preferiu-se esse resumo. Na revalidação do Jongo, eram só 4 estados, cada um fez seu parecer. Para a revalidação da Capoeira, julgou-se-mais adequada a síntese no DPI. Mas na síntese, constam em nota de rodapé dados de cada superintendência, e todas as Superintendências aparecem no Parecer. O Diretor Deyvesson Gusmão mencionou que, considerando o volume de trabalho que isso geraria, o resumo foi uma opção, mas apontou duas ferramentas de trabalho que temos. Uma ferramenta são os relatórios anuais das ações de salvaguarda, com acompanhamento das superintendências. No início do ano seguinte, sempre se tem o relatório do ano anterior. Às vezes atrasa. Em novembro de 2024 agora, foi concluído o relatório das ações de salvaguarda de 2023. Essa documentação é pública. E a segunda ferramenta é um relatório que é publicado a cada dois anos sobre os processos de salvaguarda dos bens em geral (não das ações especificamente). São duas ferramentas de trabalho que são bastante utilizadas para basear nossas ações. São informações que estão presentes nesses documentos. Temos detalhes e “pé no chão” no território. Como esse processo trata de um bem de abrangência muito ampla, nosso cuidado foi não transformar ele em um processo interminável. Por isso foi lida só a súmula. Concluído o debate, passou-se para votação. A revalidação da capoeira foi aprovada por unanimidade. O presidente proferiu o resultado da votação, declarando **REVALIDADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O REGISTRO DA RODA DE CAPOEIRA E DO OFÍCIO DE MESTRE DE CAPOEIRA**. Houve um breve intervalo. Passou-se ao processo de revalidação do **Samba de Roda**. Exibiu-se um breve documentário sobre o Samba de Roda (disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=068cfxUvP8s). Foi feita a leitura do parecer do DPI (documento SEI 5854970) e foi esclarecido ainda que no caso dos registros, o Iphan faz um esforço de chamar os detentores; mas no caso das revalidações, não é possível trazer detentores, infelizmente. Mas, por coincidência, dois detentores do Samba de Roda estavam aqui em Brasília e até mudamos a ordem da pauta a pedido deles para que pudessem então estar presentes e acompanhar a reunião.

A Conselheira Natalete Oliveira disse que se alegrou bastante com o vídeo e gostou de ver a participação ativa das mulheres e das crianças. A futura geração já está ali, na transmissão desses saberes. Notou a grande expansão territorial que houve de quando o bem foi registrado para esse momento da revalidação. Notou que até Irará, que não faz parte do Recôncavo, já está ali; e que isso só fortalece a salvaguarda desse bem. A ampliação do Recôncavo para todos os demais municípios do estado é muito boa. Parabenizou o relatório e os que fizeram essa pesquisa, que contemplou essa ampliação de lugares. A Conselheira Givânia Silva pediu a palavra para trazer uma memória de uma pessoa muito importante e que tinha na sua narrativa, sempre que se falava do samba de roda: a “Mãe Bernadete”, a quem dedicou a sessão desse Conselho, por ser mulher que brigou bravamente por aquele lugar, aquele território. Sugeriu, caso não fira nenhum normativo dessa casa, que essa revalidação receba o nome de Mãe Bernadete, pois ela sempre puxava, só na palma, sem instrumentos, o Samba de Roda. Disse que ao ver o vídeo, ficou esperando a Mãe Bernadete aparecer.

Foi explicado que no vídeo mais longo, Mãe Bernadete aparece. É uma forma de imortalizar essas pessoas que lutaram tanto. Assim como grande parte de nossos mestres e mestras, que não tivemos oportunidade de registrar e foram apagados da história. A Conselheira Alessandra Ribeiro disse que é muito bom fazer parte dessa revalidação, de um bem que é tão próximo do Jongo, que muitas das salvaguardas são tão próximas. Sugeriu que seria interessante trocar experiencias entre os detentores dos diferentes bens. Ressaltou mais uma vez ver o quanto essas revalidações têm apontado a presença da mulher, o que é muito positivo, e é resultado de uma metodologia melhor, que acessa esse aspecto da importância da mulher. Sugere sempre revalidar a importância das mulheres e das crianças nessas práticas. Se fosse perguntado para mim, da perspectiva do Jongo, sobre o fato de que no processo de revalidação não aparece o terreiro como parte, não teria como explicar, pois quase todas as mestras têm vínculo com terreiros. Aqui, no Samba de Roda, também tem relação forte do bem com seu espaço difusor. Não tem como desassociar. A Conselheira Luciana Gonçalves de Carvalho mencionou que sempre se lembra da Conselheira Márcia Sant'Anna, que certamente estaria colocando alguns problemas para pensarmos. Os Planos de Salvaguarda trazem resultados, desdobramentos e desafios. Mas a Revalidação do Registro é outra coisa. A Conselheira Luciana mencionou que duas coisas chamaram muito a atenção dela. Ela foi nesse "Pontão de Cultura" logo no início da implementação dos planos de salvaguarda. Houve muito investimento naquele momento, em 2007. Em 2020, a situação está periclitante. A revalidação não está sendo posta em questão em função disso, mas é um ponto de tensão. A outra coisa é a súmula enfatizar muito a condição de vulnerabilidade social. Talvez isso seja algo que existe em todos os bens, sejam pontos em comum em todos os bens, mas os textos não ressaltaram tanto isso quanto o texto deste bem. Ela entende que haja limites muitos claros para as possibilidades da salvaguarda. Ela não entende muito bem quando estamos discutindo a revalidação, que se fale muito da salvaguarda. Disse que votará favorável à revalidação e ao nome, que será "da Bahia". O Presidente Leandro Grass mencionou que a casa (o "pontão de cultura" ao qual a Conselheira se referiu) está incluída na nova lista de projetos que serão elaborados no novo PAC. Essa foi uma demanda dos detentores e nós conseguimos dialogar diretamente com os bens tombados. Os sítios arqueológicos também receberão investimentos. O Diretor Andrey Schlee informou que houve um atraso porque a Superintendência da Bahia solicitou acréscimo no orçamento. Se tudo correr bem, as obras serão iniciadas na próxima semana. A situação do Termo de Compromisso é que na reunião de escopo com a Superintendência do Iphan na Bahia, foi indicada a necessidade de aumento em 25% do valor da ação. Serão feitos os ajustes no Termo de Compromisso e será reenviado para assinatura. O valor final ficará em R$ 312.500,00. Há ainda uma questão no "TransfereGov" para ser resolvida. O proponente é o governo estadual e o IPAC, que será a unidade executora. O IPAC está finalizando a inserção da documentação no "TransfereGov". Concluído o debate, passou-se à votação. Todos votaram por unanimidade favoráveis à revalidação. O Presidente proferiu o resultado: **DECLARO REVALIDADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O REGISTRO DO SAMBA DE RODA**. O Presidente, lendo os comentários no *YouTube* (transmissão ao vivo da reunião), viu vários comentários sobre o nome do ofício dos mestres da capoeira, solicitando que o nome seja "Mestres e Mestras". Submeteu então essa alteração, em nova votação. O Diretor Deyvesson Gusmão se manifestou que entende que mesmo que não tenha havido discussão ampla com os detentores sobre essa alteração de nome, esse fórum é adequado para isso. Assim, o Presidente propôs que o título seja alterado para "ofício dos mestres e mestras da capoeira". O novo nome foi aprovado por maioria. A Conselheira Luciana Carvalho e a Conselheira Márcia Chuva se abstiveram. Concluída a votação, foi passada a palavra aos detentores que estavam presentes, que vieram por conta própria à

reunião (já estavam aqui em Brasília e coincidiu com a pauta do Conselho). O Senhor Jurandy Wellington Pacífico, da comunidade quilombola, coordenador geral da Associação de Sambadores e Sambadoras da Bahia - ASSEBA, contou que já estava na ASSEBA com sua mãe, que era coordenadora social, e hoje é ele o coordenador geral. Para ele, é uma honra estar na reunião. Esse patrimônio é o segundo no livro de registros do Iphan. O Samba de Roda é a fonte, onde todos têm de beber dessa água. O Samba está no candomblé, na capoeira, no axé, em toda parte. O Samba é macro, não é só do Recôncavo Baiano. Hoje ele está mais forte até fora do Recôncavo Baiano. Atualmente, temos mais grupos de samba de roda fora do Recôncavo, que se apresentam todos os finais de semana. Disse ser uma honra estar acompanhando essa revalidação. Disse que onde a mãe dele ia, o samba de roda estava presente, que a mãe também dizia que o samba de roda fazia parte do DNA dela, e faz do dele também. Que ele é prova viva de salvaguarda e revalidação. Mencionou que se ampliou o leque para fora do Recôncavo. Que o samba está em todos os 417 municípios do Recôncavo baiano. Agradeceu a todos e disse que o legado continua: "Viva o Samba de Roda da Bahia". Alexnaldo Santos, coordenador financeiro da ASSEBA, também se manifestou dizendo que conseguiram chegar, lutaram muito, a trancos e barrancos, mas conseguiram. Agradeceu a todos pelo empenho e pelo reconhecimento. Afirmou que o Samba de Roda nunca vai morrer. Que fazem o trabalho de salvaguarda. O Presidente Leandro Grass disse ser uma alegria tê-los na reunião e agradeceu. Passou-se assim ao último ponto de pauta do primeiro dia: o Processo **01450.001875/2021-26 Revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. Foi feita a leitura do parecer do DPI por Rodrigo Ramassote, que explicou que houve inclusive diálogo internacional para que esses conhecimentos tradicionais sejam mais bem compreendidos e mais valorizados também como estratégia para enfrentamento das mudanças climáticas. Após a leitura do parecer (documento SEI 5854971), iniciou-se o debate. A Conselheira Luciana relatou que quando estavam preparando o livro dos 20 anos da convenção de 2003, tentou fazer uma entrevista com Sra. Ilma, pessoa mais ativa no sistema agrícola tradicional. A entrevista não foi possível porque estavam sem energia elétrica, por vários dias, devido à seca. A intenção era tratar dessa pauta tão importante de mudanças climáticas e não foi possível fazer a entrevista exatamente como planejado devido às mudanças climáticas. Nas discussões de especialistas, o sistema agrícola tradicional do Rio Negro está na pauta e foi mencionado, mas esse relato mostra a fragilidade do que estamos lidando. O Presidente Leandro Grass contou a todos que era o dia do aniversário da Conselheira Luciana, que foi parabenizada e o Presidente agradeceu a ela pelo trabalho e pela dedicação. Encerrado o debate, foi feita a votação e a revalidação foi aprovada por unanimidade. O Presidente proferiu o resultado da votação: **"DECLARO REVALIDADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O REGISTRO DO SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO".** O Presidente agradeceu o trabalho de todos e foram encerrados os trabalhos do primeiro dia de reunião. A reunião teve continuidade no dia 12 de novembro. Às 9h o Presidente abriu a reunião, retomando a 106ª reunião do Conselho Consultivo. Deu boas-vindas aos conselheiros e conselheiras e passou a palavra ao Diretor do Depam para que apresentasse o Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (documento SEI 5854972). O Diretor do Depam, Andrey Schlee, explicou que o conjunto arquitetônico inclui o Ginásio Geraldo José de Almeida (Ginásio do Ibirapuera), o Estádio Ícaro de Castro Mello (antigo velódromo), o Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo e o Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro. Quatro bens. Mostrou imagens com os prédios altos, em volta do Parque Ibirapuera, e a localização dos quatro bens. Mostrou também os bens já tombados, mais emblemáticos: o Museu de Arte Contemporânea – MAC, entre outros. Relatou que o processo começou em 2020, com três documentos: uma carta de um cidadão, uma carta assinada por um conjunto de arquitetos e um terceiro documento que é um abaixo assinado bastante volumoso com a visão sobretudo dos

atletas chamando a atenção da importância desse espaço na formação dos atletas. Relatou que o processo andou relativamente rápido se em comparação com outros processos, pois começou em 2020 e já chegou no Conselho Consultivo em 2024, mas que esse é o tempo previsto na Carta de Serviços do Iphan. Mostrou mapas nas imagens, e a evolução histórica daquelas terras. Mostrou que historicamente essas terras foram sendo pouco a pouco ocupadas com atividades relacionadas com lazer ou esporte. No mapa, a mancha em vermelho mostra a área onde está esse complexo esportivo. A área evoluiu recebendo uma série de projetos de urbanização e sobretudo de paisagismo. No ano de 1920, houve o desejo de fazer com que a ocupação do parque fosse prioritariamente com esporte. Houve o desenho para receber uma quadra de tênis. Tudo isso antes de se tornar o Parque Niemeyer (Parque Ibirapuera). Houve uma sucessão de projetos destinados a essa área, mas sempre com áreas verdes e ocupação esportiva. Em um projeto, vê-se o hipódromo exatamente na área que está o ginásio hoje, um novo parque com espaço para velódromo, um parque municipal (projeto muito próximo ao parque atual, na década de 1950) No ano de 1952, houve o projeto da equipe de Oscar Niemeyer, que virou o Parque Ibirapuera, e esse é o primeiro documento em que aparece o velódromo com o ginásio. A Conselheira Sylvia Ficher mencionou que o terreno é municipal e estadual, tem dois proprietários, por exemplo: o Museu de Arte Contemporânea - MAC é estadual, e a Assembleia Legislativa é municipal. O conjunto com o ginásio tem sua planta oficial em 1954. O Diretor Andrey acrescentou que o arquiteto responsável pelo Ginásio, Ícaro de Castro Mello, foi esportista, de salto em altura, deixou um conjunto de obras de espaços para esporte. O ginásio já estava previsto, mas não foi inaugurado junto com os demais, houve atraso na sua inauguração. Foi inaugurado em 25 de janeiro de 1957, com um jogo de basquete inaugural com os argentinos. O ginásio tornou-se importante pelos acontecimentos ocorridos nele: recebeu shows, vários eventos esportivos e acontecimentos que marcaram a vida de SP. O Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB promoveu um concurso para renovação do Ginásio e recebeu várias propostas. Seguiu nas apresentações das imagens mostrando também o conjunto aquático, reconhecido como de excelência pelas principais publicações sobre quadras e equipamentos esportivos. Em 2020, surgiu a proposta de renovação, com um projeto de privatização, para modernizar o ginásio como arena esportiva, mas permitindo que todo o resto fosse entregue como espaços a serem explorados (como hotéis, casa de espetáculo, shopping center). Isso gerou uma movimentação, com sequência de palestras, abaixo assinados, manifestações contrárias. Slogans como “Atleta não se compra em Shopping” foi o movimento dos esportistas contra a privatização. O Diretor Andrey Schlee mostrou que o conjunto e área, com quatro elementos, tem diferentes donos: uma área pertence ao exército, outra área ao governo estadual, além da área do governo municipal. Explicou que a Assembleia Legislativa tem tombamento municipal, não sendo tombada pelo Iphan. E com isso passou a palavra para a Conselheira Relatora Doutora Flávia Brito Nascimento. A Conselheira Relatora leu seu parecer, referente ao **Processo 01506.001806/2020-49 - Processo de Tombamento nº 1931-T-20 - Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães – SP.** A leitura do parecer foi também acompanhada de imagens (documento SEI 5854973). A Conselheira mencionou que a área técnica do Iphan havia indicado no tombamento provisório uma área de entorno mais ampla e posteriormente uma área mais restrita. Mostrou isso nas imagens, com destaque para a Mancha dos Bombeiros, na área urbana ao norte do parque. A explanação da Conselheira Relatora foi brilhante. Ela se posicionou pelo tombamento e com a área de entorno conforme definida em 2021, no tombamento provisório. Seus argumentos estão fundamentados no parecer (documento SEI 5854974). O Presidente agradeceu a leitura do parecer pela Conselheira Flávia Brito, por ter sido um parecer muito sofisticado, complexo, que elucida os argumentos, resgata a importante memória do bem, sua relação com a

história política brasileira, história de São Paulo, seu sentido social e cidadão, sua função social, a promoção de qualidade de vida e bem-estar da população, sua natureza democrática, e que é preciso mesmo evitar que se torne elitista e excludente. Com isso, abriu para o debate. A Conselheira Flavia de Jesus cumprimentou a todos, saudou a Conselheira Relatora Flávia Brito, por estar falando de um lugar que para nós é um pulmão, o Parque Ibirapuera é o pulmão de São Paulo. Relatou que já foi menina pobre e que todo aquele complexo traz a ela inúmeras imagens e a força do papel do esporte, a memória do esporte e o que o esporte traz de melhorias nas vidas da população pobre de São Paulo. A população de favelas que ascende a esse lugar conhece uma nova São Paulo, uma São Paulo que o espaço de moradia pobre nunca daria a oportunidade de conhecer. Esse espaço mostra que é possível outro a cada menino e menina ocupar um outro lugar no mundo. Relatou que foi nesse lugar de sociabilidade que foi realizado o primeiro Seminário Nacional de Folclore, quando o folclore brasileiro adentrou o espaço do Ibirapuera. Recentemente, houve uma grande ação de revitalização naquele espaço. Dado o que foi falado sobre o Pacaembu, todas as iniciativas que se fizeram ao longo do tempo, tem-se claro que espaços esportivos são espaços de memória. Manter o espaço como está é inovar também. Somos oriundos dele e temos de preservar o nosso patrimônio. Agradeceu ao Leandro Grass, aos Diretores e aos Conselheiros por proporcionarem a cada reunião um crescimento inenarrável. O quotidiano de meninas e meninos pobres melhora quando entram no Ibirapuera. Existe amor em São Paulo, como Criolo canta. A Conselheira Nádia Somekh pediu a palavra e relatou que foi a mobilização social que não deixou aquela privatização evoluir e venceu o “urbanismo corporativo”, que só pensa no mercado, o “urbanismo neoliberal autoritário” que apaga a memória. Esse tombamento é fruto dessa mobilização social e é também um fato político. Manifestou-se favorável ao alargamento da área envoltória. Parabenizou a celeridade do Iphan. O Presidente Leandro Grass agradeceu à Conselheira Nádia Somekh e fez convite ao prefeito e ao governador de São Paulo para se somarem ao Iphan no fortalecimento da memória do patrimônio cultural de São Paulo. Relatou que o Iphan está nesse momento fazendo inúmeras obras, mencionou o trabalho do Superintendente do Iphan em São Paulo Danilo de Barros Nunes, reforçou que o Iphan jamais polemiza, que tem foco e ênfase na política patrimonial, na construção harmoniosa em torno do patrimônio. A Conselheira Márcia Chuva deu bom dia a todos, agradeceu ao Presidente, deu os parabéns para esse parecer que a Conselheira Relatora Flávia Brito apresentou, realmente muito completo e atual, no sentido de entendimento do patrimônio inserido na luta política e nas experiências pessoais no uso desse espaço. Realçou a associação do tombamento e do registro a partir de uma referência cultural e que nesse caso também a relatora traz essa força da noção da referência cultural. A área de patrimônio material precisa se apropriar cada vez mais dessa categoria como valor de patrimônio, e a Conselheira Flávia Brito deixou isso muitíssimo claro para defesa do tombamento e para argumentar pelo retorno à primeira área de entorno proposta. Mencionou que a própria Associação de Moradores questionou essa mudança, considerando justamente que qualquer construção ali pode prejudicar a ambiência do bem tombado, em uma perspectiva mais ampla sobre o entorno. Ela reforçou essa perspectiva da referência cultural e da indissociabilidade entre o bem e a comunidade, que é o que dá sentido ao bem. Isso está colocado com muita clareza no parecer, que é tão completo e brilhante. A Conselheira Izabela Tamaso também atestou o quanto o comprometimento de uma especialista faz diferença, realçando como um ponto fundamental do seu parecer, bastante corajoso, é o fato de solicitar que a área envoltória volte à definição inicial. Os bens que envolvem o tombamento são sempre foco de disputa, mas a área envoltória tem outra questão, também é foco de disputa e por vezes fica em uma hierarquia um pouco inferior. O quanto é importante que uma Associação de Moradores tenha tanta qualidade a ponto de sugerir que o Conselho retorne à área envoltória de 2021. O

quanto os moradores articulados e envolvidos podem fazer diferença, inclusive fortalecendo esse conselho. A Conselheira Givania Silva também parabenizou a Conselheira Relatora Flávia Brito e falou sobre a defesa da memória. Temos a cultura do apagamento e precisamos nos livrar dela. Não podemos apagar a memória, apagar a história. Isso é danoso para nós. Falou isso como pessoa negra. Se for feito um levantamento sobre o que as pessoas estudaram nos anos iniciais e finais da educação básica e no ensino médio sobre povos indígenas e quilombos, conclui-se que esses temas só são estudados na faculdade. Se não contarmos a história desse espaço, as pessoas nunca saberão. Um complexo como esse tem sua história que precisa ser contada. Um lugar que teve lutas, que têm história, quantas vozes não gostariam de estar aqui e falar em defesa desse bem. Em nossa história do Brasil precisamos realmente defender a memória. É sempre uma disputa, e é preciso enfrentar a disputa. A Conselheira Rafaela Alves Felício contou que é arquiteta e que esse tombamento a alegra muito, como arquiteta de formação e como membro do governo. Participar desse governo tem sido muito importante para mim, pois é uma evolução da política brasileira, e se disse muito feliz estar aqui dentro participando disso. Perguntou ainda em que livro de tombo estaríamos escrevendo o bem, ao que o Diretor Andrey Schlee esclareceu que é no Livro do Tombo histórico e de belas artes. O Conselheiro Joaquim Kaxinawá agradeceu a apresentação da Conselheira Flávia Brito e complementou que somos especialistas em apagar nossas práticas, que a escola e a igreja vieram apagando tudo, todas as práticas culturais feitas pelos sábios indígenas, que devem ser praticadas. Ele defende que nada seja apagado e é favorável ao não apagamento das práticas. Passou-se à votação. Votaram a favor por unanimidade: Givania Silva, Loredana Ribeiro, Alessandra Martins, Ana Claudia Bazzo Sá, Carlos Eduardo Comas, Sylvia Ficher, Joaquim Kaxinawá, Nelson Fernando Inocencio da Silva, Izabela Tamaso, Ricardo Oriá, Rafaela Alves Felício, Flávia de Jesus, Márcia Chuva, Natalete Oliveira, Luciana Carvalho, Flavia Brito, Nádia Somekh e o Presidente Leandro Grass, que proferiu o resultado: “**DECLARO APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO DO CONJUNTO DESPORTIVO CONSTÂNCIO VAZ GUIMARÃES, EM SÃO PAULO, PARA INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO E DE BELAS ARTES”**. O Presidente Leandro Grass agradeceu toda equipe técnica da Superintendência do Iphan em São Paulo, a equipe técnica de fiscalização, a Associação de Moradores e a Conselheira Relatora. São Paulo tem sido um ponto importante de alcance das políticas do Iphan, com investimentos do novo PAC em Paranapiacaba, desenvolvimentos na área de empreendedorismo e também no turismo, com muitas iniciativas no Estado de São Paulo, como na Vila de São Vicente, nas comunidades tradicionais quilombolas, muitas áreas que têm sido alcançadas pelo trabalho do Iphan. O Diretor Andrey Schlee fez um informe importante para que os Conselheiros entendam os procedimentos que se seguem, considerando que na votação a indicação da conselheira relatora no sentido de adotar a poligonal de entrono de 2021 foi acompanhada e aprovada por todos, temos agora a obrigação de republicar o tombamento com a nova área de entorno, e teremos de abrir prazo de impugnação, apresentar o contraditório. A Advogada Vivian Barbour, da Associação de Moradores de Vila Mariana, cumprimentou a todos, parabenizou o parecer da Conselheira Relatora Flávia Brito, diz que ficaram muito felizes com esse processo, que ela veio à reunião para disputar, como disse a Conselheira Givânia Silva, que essa área é fruto de disputa há muitas décadas, e louva a consolidação desse espaço que é público e tem importância ambiental, que ficaram muito felizes com esse resultado e estão à disposição para dialogar e construir juntos. Passou-se então ao próximo item de pauta: **Processo 01450.000823/2021-32 Revalidação do Toque dos Sinos e do Ofício de Sineiro em Minas Gerais**. O técnico do DPI Rodrigo Ramassote fez a leitura do parecer (documento SEI 5854975). O Presidente Leandro Grass mencionou que vários sinos de igrejas foram incluídos no novo PAC, alguns estavam inutilizados,

um bem complexo como não tem a representatividade de outros bens, é preciso uma busca ativa para localizar cada sino, cada sineiro. A Conselheira Alessandra Ribeiro Martins falou da necessidade de investimento tão cuidadoso em algo tão importante, muito específico, mas também muito especial. O Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial, Deyvesson Gusmão, explicou que a principal missão com o bem revalidado é o desafio de atualizar as ações de salvaguarda, pois enseja novas ações de identificação, de revisão, de talvez incluir outros municípios ou colocar um nome mais genérico no bem que possa dar conta de uma abrangência maior, além da restauração dos sinos, que há discussão sobre restaurar ou não restaurar os sinos, pois quando se restaura o timbre pode mudar, o sino pode rachar. Há quem defenda que uma melhor opção seja retirar o sino e o colocar em espaço de memória; e fabricar sinos novos. Há quem defenda que o melhor é restaurar mesmo, pois há o espírito dos sinos, fazem parte dos sineiros, e a história de cada sino e de cada sineiro. Esses levantamentos vão reorientar as ações de salvaguarda. O Conselho pode sugerir priorizações, mas as priorizações devem ser feitas junto com os detentores, assim como o parecer de reavaliação é feito junto com os detentores. A Conselheira Alessandra Ribeiro Martins falou da educação patrimonial, que é mesmo extremamente importante, que é preciso pensar ações transversais envolvendo vários ministérios, principalmente o Ministério da Educação e o próprio Ministério da Cultura, que representantes desses órgãos pudessem refletir conosco, mesmo sabendo que o caminho deve ser buscado pelos próprios detentores. A Conselheira Izabela Tamaso mencionou que o processo de revalidação poderia incluir mapas mostrando as cidades que já estão reconhecidas e em que medida ficará essa ampliação, dando visibilidade territorial à abrangência. O Diretor Deyvesson Gusmão relembrou que o fluxo do processo de revalidação é o DPI produzir uma nota técnica, que remete ao processo de registro e ao histórico de salvaguarda do bem que é feito por cada superintendência; um extrato dessa nota técnica é publicado no DOU e fica disponível na internet por 30 dias; esse parecer é submetido à Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, que recomenda ou não ao Conselho a sua aprovação. Estamos nesse momento. Mas esse processo já passou pela Câmara há algum tempo, uma Câmara anterior, e para esses processos que já estavam aprovados pela Câmara de antes, o DPI faz a apresentação do parecer. Foram 5 nessa reunião, haverá mais aproximadamente 5 na próxima reunião. Os daí em diante serão relatados pelos Conselheiros membros da Câmara. A Conselheira Flávia Brito questionou sobre o significado da revalidação e sugeriu a presença dos detentores. O Diretor Deyvesson Gusmão explicou que o processo de reavaliação e revalidação do título foi todo reformulado em 2019, que havia sido previsto em 2013 como um processo mais demorado e mais caro, que se mostrou limitante do ponto de vista das condições operacionais. O processo do Samba de Roda foi o último que implementamos sob a regra anterior, por isso gerou filme e publicações e levou tanto tempo. A parceria com ASEBA por exemplo durou de 2016 a 2022, um tempo similar ao tempo de instrução de um processo de registro. Para revalidação, não é preciso um novo dossiê, um novo vídeo, que esbarra em questões orçamentárias e operacionais. Essas revalidações de hoje foram as primeiras sob a égide da resolução de 2019, que também teve empecilhos por conta da pandemia. A percepção das conselheiras e conselheiros e da sociedade nos ajudarão a rever os nossos procedimentos. A Conselheira Natalete Oliveira comentou ainda que por vezes os próprios padres preferem fazer uso de sinos mecânicos e gravações, em vez dos sineiros; e propôs também revistar a nomenclatura do bem, devido à ampliação para outros municípios. A Conselheira Loredana Ribeiro questionou se a ampliação observada foi devido ao registro. O técnico Rodrigo Ramassote respondeu que provavelmente a ampliação foi observada agora simplesmente porque essas outras regiões não faziam parte do registro original, a delimitação inicial que foi muito circunscrita. Essa nova nomenclatura tem que dar

conta dessa diversidade dentro do estado. Isso será objeto de mapeamentos e levantamentos para mais informações mais precisas abrigando todas as áreas do estado. A Conselheira Givânia Silva comentou que na comunidade dela não tem sineiros, apenas sineiras. As mulheres que tocam os sinos, no quilombo. Tem tradição desde sua fundação de ter sido por mulher. Só representação feminina. Que a nova nomenclatura poderia também promover o reconhecimento das mulheres. Encerrado o debate, o Presidente Leandro Grass colocou em votação. A revalidação foi aprovada por unanimidade. Foi proferido o resultado da votação: "**DECLARO REVALIDADO PELO CONSELHO CONSULTIVO, POR UNANIMIDADE, O REGISTRO DO TOQUE DOS SINOS E DO OFÍCIO DE SINEIRO EM MINAS GERAIS"**. O Presidente agradeceu a equipe técnica do DPI, agradeceu os intérpretes de libras, atuando durante toda a reunião. Comentou que há pouco mais de duas semanas o Iphan realizou uma ação de combate ao capacitismo, para inclusão de pessoas com deficiência. Que o Iphan conta com servidores incluídos em um novo contexto, que há esforço interno para que o Iphan seja referência nesse processo. A reunião teve o intervalo de almoço e foi retomada às 14h, reaberta com leitura e votação da moção de apoio aos professores e professoras, que foi aprovada por unanimidade (documento SEI 5850744). A Conselheira Givânia Silva sugeriu que essa moção seja encaminhada às centrais sindicais, ao Conselho Nacional de Educação, às Secretarias de Educação estaduais e municipais. Que seja dada ampla divulgação. O Diretor Andrey Schlee apresentou então o próximo item da pauta: a **Coleção Perseverança** (documento SEI 5854978), fruto de um ato brutal ocorrido em 1º de fevereiro de 1912, em Alagoas, e hoje é uma coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, que a mantém. A Coleção é constituída de objetos de importância religiosa e importância histórica, diferente do Candomblé de Pernambuco, diferente do Candomblé da Bahia, com participação efetiva da comunidade de matriz africana. Chamou atenção para o esforço que foi feito com a constituição de um grupo de trabalho com envolvimento diretamente do grupo de detentores, religiosos, grupo que vem trabalhando no conjunto da instrução processual. Passou-se a palavra para a Conselheira Relatora Luciana Carvalho, que leu seu parecer (documento SEI 5854979) sobre o **Processo 01403.000050/2012-69 - Processo de Tombamento nº 1896-T-20 - Coleção Perseverança – AL.** Concluída a leitura, todos se mostraram bastante emocionados, são objetos que ajudam a contar história mas ajudam também a construir uma nova história na luta contra o racismo e contra a desigualdade social. O Superintendente do Iphan em Alagoas, Maicon Marcante, foi convidado à mesa. A Conselheira Márcia Chuva agradeceu à Conselheira Relatora pelo maravilhoso parecer, se mostrou emocionada com esse tombamento que estamos encaminhando aqui hoje. Essa reunião de final de ano está sendo especialíssima, em três situações diferentes utilizando o instrumento de tombamento de forma bastante renovada, como para além da preservação, patrimônio como direito, patrimônio como reparação. Ficou impressionada e sensibilizada com a trajetória dessa coleção, o trauma inicial, os cuidados que geraram a persistência e resistência e existência ainda hoje. O tombamento permite que essa história apareça, saia da invisibilidade. Parabenizou o IHGAL por ter se comprometido com essa Coleção. E louvou agora envolvimento do Iphan na preservação dessa Coleção. A questão do enfrentamento do racismo, o quanto mais a gente pode deixar isso explícito nas nossas ações, nossos pareceres, nossas decisões. Um passado presente, dolorido, sofrido, que se vive ainda hoje. Estamos agindo no presente, não estamos apenas corrigindo erros do passado. A Coleção de Magia Negra, que se tornou a Coleção do Nosso Sagrado, foi um marco. Quase 90 anos depois, estamos com novas perspectivas. Ainda temos muito o que fazer nesse campo do patrimônio. Estamos fazendo, estamos escolhendo esse caminho com uma coleção dessa natureza. A ideia do Comitê de Gestão Compartilhada para a preservação dessa Coleção é fundamental, é preciso garantir uma gestão compartilhada dessa coleção. Tem de ganhar o mundo,

ser conhecida, estudada, aprofundada. Parabenizou todos os técnicos que se envolveram. A Conselheira Alessandra Ribeiro Martins cumprimentou a todos e parabenizou a Conselheira Relatora Luciana Gonçalves de Carvalho pelo rigor, a qualidade das informações, a competência e as verdades que os documentos revelam. A história é de quem a conta, e é bom esse Conselho apresentar os diversos lados e nos possibilitar entender, como aqui entendemos os valores das comunidades da matriz africana, os terreiros como os maiores repositórios, maiores arquivos vivos. Conhecer uma história como essa, entre tantas histórias que o Brasil não nos conta, quando se pensa em Alagoas se pensa em Quilombo dos Palmares, e agora tomamos conhecimento que dentro dessas lutas tivemos um processo tão agressivo como esse que gerou a Coleção Perseverança. Os religiosos foram atacados fisicamente e emocionalmente. Perguntou se ainda há terreiros em funcionamento de descendentes dos atacados nesse brutal episódio. Parabenizou também o IHGAL e manifestou certeza de que esse Comitê de Gestão Compartilhada será muito positivo e terá muito sucesso. As instituições precisam preservar nossas histórias e memórias. As outras histórias, da elite dominante, já estão preservadas, já estão em lugar de importância para serem vistas. A história da população preta, desde sempre lesada, precisa desse lugar, desse cuidado e de preservação. A gestão compartilhada é o caminho mais positivo, mais seguro, para que nossas crianças possam conhecer essas histórias, que são tristes, mas são marcos do nosso passado. A Conselheira Givânia Silva também parabenizou o belíssimo parecer. Reforçou da necessidade de divulgar todo esse conhecimento, contar essas histórias que ninguém conhece. Destacou ainda duas coisas. Uma é nomear o racismo. Mencionou que foi para ela uma grande surpresa tomar conhecimento que em Brasília há tantos terreiros e tantos ataques a terreiros, com pessoas queimadas e agredidas. Sempre há denúncias, mas as autoridades dizem que não é possível tipificar o crime, mesmo sendo óbvio que não se trata de briga de vizinho, ou “gato” da parte elétrica. Na delegacia, a vítima vira o criminoso, como se tivesse culpa pelo ocorrido. Terreiros, diferente das igrejas, não tem isenção de impostos, o que já é um racismo institucional. Esse Conselho pode contribuir com esse lugar de memória, de cuidado, de preservação. E em segundo lugar queria de novo falar sobre a necessidade de elaborar material de difusão nas escolas. Isso é fundamental. É preciso construir uma estratégia mais ousada, pensar como o Iphan pode fortalecer essa educação patrimonial. Fazer chegar materiais como esses nas escolas. Ela contou que é conselheira de educação básica também e quer enfrentar o tema da perseguição das crianças de axé nas escolas, para que elas possam usar as vestimentas de obrigação na escola. O Conselheiro Victor Cruzeiro reforçou a importância desse novo paradigma de novos modos de tombamento, que considera obras que surgem de fatos aberrantes como esse que são fatos formativos da nossa sociedade até hoje. Concordando com a Conselheira Givania, falou que o acervo da Coleção Perseverança deve ser utilizado para educação patrimonial, educação geral, como parte da formação educacional. Nossas leis tentam a duras penas impor a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas. Deve-se reforçar nossa lembrança que esse tipo de ação violenta, que aconteceu há 112 anos, segue permanente e viva hoje. É um caso de intolerância religiosa e de racismo enraizado, antigo e ainda presente. Mencionou, como exemplo, que no dia anterior ao dia desta reunião houve atentado à comunidade quilombola do Baú. Essas pessoas, como a “Tia Marcelina”, personagem envolvida e citada aqui, nunca tiveram interesse nenhum em serem mártires. Não é um contexto de guerra, de apagamento deliberado. Fez a sugestão de que sejam construídas possiblidades de tombamento de acervos vivos, de memórias vivas dessas pessoas. A cultura afro-brasileira está muito viva na fala das pessoas, na vida das pessoas, na existência plena delas. Parabenizou mais uma vez os técnicos, as conselheiras, a conselheira relatora. A Conselheira Flávia de Jesus comentou que o Conselho é também ator da reparação. A Fundação Cultural Palmares

faz reparação e restituição. As opressões ainda estão presentes, as agressões ainda estão presentes. É uma estrutura, uma divisão de gênero, raça e classe. Esse espaço de classe, de poderio e de poder, está concentrado e está posto. Há um imenso "querer fazer", uma força que faz resistência aos rastros do racismo e da intolerância religiosa. Saímos da condição de uma luta histórica dos movimentos negros para a condição de órgão de Estado, como a Fundação Cultural Palmares. São desafios dados a nós. Esse parecer da Conselheira Relatora Luciana Carvalho a deixa feliz pelo respeito à religiosidade, aos dizeres e aos saberes. Elogiou muito a grande mulher que a Conselheira é e o grande papel que ela faz dentro deste Conselho. A Serra da Barriga é o berço dos grandes agrupamentos da população quilombola, que segue lutando pelo direito à vida. Estamos em outro momento da história de construção das políticas públicas, com o importante papel desse conselho de abrir suas portas e fazer o reconhecimento da população negra, na missão de manter a memória viva do nosso país, fazendo essa quebra de paradigmas para reparação de um povo que nunca deixou de lutar. A Conselheira Izabela Tamaso parabenizou o Superintendente do Iphan em Alagoas, Sr. Maicon Marcante, e toda a equipe que trabalhou neste processo tão sensível; o Depam em nome do seu Diretor Andrey Schlee, que possibilitou que esse processo caminhasse bem. Manifestou concordância com todas as falas já pronunciadas e deu destaque à questão da expansão do valor. É uma coleção etnográfica que em outros momentos não teria tido seu óbvio valor histórico e de belas artes reconhecido. Isso é muito especial na história do Iphan. O lexo da gramática patrimonial está em expansão. Essa expansão já estava dada na letra da lei, aqui e agora ela ocorre na prática, reconhecendo esse valor histórico e artístico e o inscrevendo agora no patrimônio cultural brasileiro. Parabenizou o Iphan e toda equipe envolvida. A Conselheira Sylvia Ficher mencionou que na Superintendência do Iphan no Distrito Federal – DF foi feito um levantamento cuidadoso dos terreiros, levantamento esse que está disponível para quem tiver interesse. Falou da Praça dos Orixás (a prainha) do DF, de alto valor religioso, artístico e cultural, que sempre sofre ataques. Concluído o debate, passou-se para votação. Todos os participantes foram favoráveis ao tombamento, por unanimidade. Votaram: Givânia Silva, Loredana Ribeiro, Alessandra Martins, Ana Cláudia Bazzo Sá, Carlos Eduardo Comas, Sylvia Ficher, Joaquim Kaxinawá, Nelson Inocêncio, Izabela Tamaso, Ricardo Oriá, Ana Carolina Gelmini de Faria, Márcia Chuva, Natalete Oliveira, Flávia Brito, Luciana Carvalho Gonçalves, Victor Cruzeiro, Nádia Somekh e Flávia de Jesus. Foi proferido o resultado da votação: "**DECLARO APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO, PARA INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO DAS BELAS ARTES, NO LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO E NO LIVRO DO TOMBO ARQUEOLÓGICO, ETNOGRÁFICO E PAISAGÍSTICO, DA COLEÇÃO PERSEVERANÇA**". Passou-se a palavra aos convidados presentes. Primeiramente Pai Célio Rodrigues se pronunciou. Deu boa tarde a todos, agradeceu o reconhecimento. Concordou com a fala da Conselheira Givânia Silva, pois foi uma criança de axé, passou por muito preconceito, nascido e criado em terreiro de Candomblé. Mostrou-se extremamente emocionado, pois é dessa forma que vamos reescrever e ter o Xangô rezado alto. Mostrou-se muito satisfeito por essa guarda compartilhada esperada há muito tempo. Disse que espera que o IHGAL abra as portas para todos e todas, para podermos recontar nossa história, e não a que está lá no IHGAL. Informou que também é professor de história e já foi muitas vezes barrado na porta do IHGAL quando levava meus alunos para conhecer a Coleção Perseverança e outras coleções que estão lá dentro. Agradeceu o reconhecimento e reforçou o quanto é importante que essa Coleção seja acessada pelos terreiros e pelas escolas, pois é necessário reaprender o que é o xangô alagoano. Maria Paula Fernandes Adinolfi foi a segunda convidada a se pronunciar, extremamente emocionada e feliz por estarmos fazendo justiça histórica, parabenizou o maravilhoso parecer, as falas de todos os conselheiros. Falou do profundo impacto que a Coleção

Perseverança lhe causou quando o servidor do Iphan Sr. Yuri Batalha a convidou para conhecer, que já estava desenvolvendo pesquisa na área, já tinha tido contato através de publicações e é muito impactante ver a qualidade estética das obras. Disse que é preciso ir além, aprofundar os estudos na arte afro-brasileira, que tem seu valor histórico imenso. É fundamental preservar essa memória viva, herança que pertence a esse povo de axé de Alagoas, povo que sofreu recentemente e ainda sofre agora a violência da Brasken, que impactou uma área grande e muitos tiveram de ser removidos. Não é algo do passado, é algo que segue ocorrendo. Simbolicamente nomeou todos do povo de Axé de Alagoas, que apesar de todas as violências que vem sofrendo seguem abertos e generosos. A justiça está sendo feita agora. Parabenizou o Superintendente do Iphan em Alagoas, Sr. Maicon Marcante, pelo trabalho maravilhoso que está fazendo. Agradeceu ao Iphan. Em seguida, o Sr. Maicon Marcante cumprimentou a todos, agardeceu à conselheira relatora, aos conselheiros e convidados por todos os comentários, todos muito propositivos. Disse reconhecer o dia como muito importante para o patrimônio cultural brasileiro em Alagoas. A Coleção Perseverança é o primeiro bem tombado na cidade de Maceió. Mencionou que nessas décadas o trabalho do IHGAL tem sido muito importante, desde 1950 na preservação das peças, agradeço na pessoa do Presidente do IHGAL. Agradeceu os técnicos da Superintendência, especialmente à Thalianne de Andrade Leal, chefe da divisão técnica e ao colaborador Lucas Leal, que participou de todos os encontros do Grupo de Trabalho, agradeceu ao pessoal do Depam, Diretor Andrey Schlee, Vanessa Maria Pereira, Raul Maravalhas, Virgynia Corradi, Ana Cláudia Magalhães, todos sempre dando muito apoio. Mencionou que o Iphan aqui hoje apenas cumpre sua missão institucional de garantia e preservação da memória. O povo de Alagoas tem toda uma história de apoiar esse trabalho. Finalizou ressaltando a importância de avançar na gestão compartilhada envolvendo IHGAL, religiosos e Iphan. Esse diálogo é possível. O diálogo tem sido importante, que esse é o caminho para Coleção Perseverança daqui para frente, para nova fase a partir desse tombamento. Agradeceu a todos e todas. Foi mencionado pelo Diretor Andrey Schlee que o IHGAL havia enviado naquele momento uma mensagem agradecendo e concordando com o parecer. O Diretor mencionou ainda que cada vez que os conselheiros falam que o Depam está mudando, isso é fruto de um esforço muito grande, um esforço diário desde 2018, com a publicação da Política de Patrimônio Material do Iphan, pois foi ela que sustentou o Iphan nos momentos mais tristes que o Iphan passou nos últimos anos, é ela que nos sustenta. Isso tudo é feito por coordenadores gerais que estão aqui presentes, coordenadores nas diferentes áreas e todos os técnicos do Iphan, no esforço que fazem no dia a dia dessa instituição, onde ele se orgulha muito em atuar. A Conselheira Alessandra Ribeiro Martins pediu a palavra para fazer um comentário sobre um email que a Conselheira Márcia Sant'Anna enviou a todos os conselheiros sobre o Acervo Nosso Sagrado. O Diretor Andrey Schlee respondeu que aquele documento foi gerado em função da saída do Mário Chagas da Direção do Museu, uma questão do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram; que a Coleção Nosso Sagrado está no Museu da República, onde há ação bastante positiva com povo do terreiro e com a comunidade local, de catalogação das peças e de higienização; que há um Termo de Execução Descentralizada - TED do Iphan com a UniRio; e que Mário Chagas se incorporou nesse TED e estamos dando continuidade ao trabalho; que houve coincidência entre a troca da direção do Museu e a espera do início do TED, mas que o TED já foi formalizado. A Conselheira Ana Carolina Gelmini de Faria, em nome do IBRAM agradeceu a preocupação sinalizada e informou que o IBRAM está trabalhando de forma assertiva na melhoria da gestão do Museu da República, assegurando tudo que for preciso em relação a essa coleção, inclusive para potencializar a exibição dessa Coleção ao público. Agradeceu ainda a participação do Museu do Folclore nesse processo. O Presidente então agradeceu o trabalho e o empenho de todos e todas. Por fim, nada mais havendo para apreciação, deu por

encerrada a 106ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ficando lavrada por mim, Leila Giandoni Ollaik, no exercício do encargo de Secretária-Executiva do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata, da qual dou fé e assino.

Leandro Antônio Grass Peixoto
Presidente do Iphan

Leila Giandoni Ollaik
Secretária-Executiva do Conselho

Alessandra Ribeiro Martins
Representante da Sociedade Civil

Ana Carolina Gelmini de Faria
Instituto Brasileiro de Museus – Ibram

Ana Cláudia Bazzo Sá
Ministério do Turismo - MTur

Carlos Eduardo Dias Comas
Representante da Sociedade Civil

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos
Ministério da Educação (suplente)

Eujácio Batista Lopes Filho (Karkaju)
Ministério dos Povos Indígenas

Flávia Brito do Nascimento
Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB

Flávia de Jesus Costa
Fundação Cultural Palmares

Givânia Maria da Silva
Representante da Sociedade Civil

Izabela Maria Tamaso
Associação Brasileira de Antropologia – ABA (suplente)

Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá
Representante da Sociedade Civil

José Reginaldo Santos Gonçalves
Representante da Sociedade Civil

José Ricardo Oriá Fernandes
Representante da Sociedade Civil

Loredana Marise Ricardo Ribeiro
Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB

Luciana Gonçalves de Carvalho
Representante da Sociedade Civil

Márcia Regina Romeiro Chuva
Associação Nacional de História -ANPUH

Nádia Somekh
Representante da Sociedade Civil

Natalete Oliveira da Silva
Ministério da Cultura - MinC

Nelson Fernando Inocencio da Silva
Representante da Sociedade Civil

Rafaela Alves Felício
Instituto Brasileiro de Museus – Ibram (suplente)

Samara Candeira Pinho de Souza
Ministério da Igualdade Racial – MIR

Sylvia Ficher
Representante da Sociedade Civil

Tânia Mara Francisco
Ministério da Educação

Tânia Nunes Galvão Verri
Representante da Sociedade Civil

Observação: Vídeo e áudio da reunião na íntegra disponíveis nos links do Youtube:
Dia 11/11/2024 manhã: https://www.youtube.com/watch?v=e5PLQK7wpCA
Dia 11/11/2024 tarde: https://www.youtube.com/watch?v=eY_rC75wQu0
Dia 12/11/2024 manhã: https://www.youtube.com/watch?v=_aoj3qHk0_k
Dia 12/11/2024 tarde: https://www.youtube.com/watch?v=OQKRXqxV01Q

Documento assinado eletronicamente por **Leila Giandoni Ollaik**, **Secretária-Executiva do Conselho Consultivo**, em 02/12/2024, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GONCALVES DE CARVALHO**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Flávia Brito do Nascimento**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIA REGINA ROMEIRO CHUVA**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Eujacio Batista Lopes Filho (Karkaju)**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:19, conforme horário

oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Oriá Fernandes**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA GENÉSIA DE SANT'ANNA**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **RAFAELA ALVES FELICIO**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Givânia Maria da Silva**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Nadia Somekh**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Natalete Oliveira da Silva**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ REGINALDO SANTOS GONÇALVES**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Tânia Nunes Galvão Verri**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro Martins**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Sylvia Ficher**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 22:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **IZABELA MARIA TAMASO**, **Usuário Externo**, em 02/12/2024, às 23:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos**, **Usuário Externo**, em 04/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **loredana marise ricardo ribeiro**, **Usuário Externo**, em 05/12/2024, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Gelmini de Faria**, **Usuário Externo**, em 05/12/2024, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO DIAS COMAS**, **Usuário Externo**, em 06/12/2024, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia Bazzo Sá**, **Usuário Externo**, em 06/12/2024, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Antonio Grass Peixoto**, **Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, em 06/12/2024, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **5891981** e o código CRC **14374308**.